

A construção do Plano Popular do

## CORREDOR DAS TROPAS:

um processo de formação e reflexão de Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo

### CONTEXTO

A cidade de Pelotas está localizada às margens do Canal São Gonçalo, conexão natural entre a Laguna dos Patos, com abertura para o mar, e a Lagoa Mirim. Tal característica foi favorável à instalação aí de um núcleo charqueador, atividade produtiva de salga de carnes baseada na escravização de povos negros que originou o núcleo urbano. Neste contexto, o Passo dos Negros, também às margens desse canal, se constituía como um entreposto comercial e local de cobrança de impostos, tendo uma função fundamental no tráfico dos povos negros. O Passo dos Negros articulava, a partir do Corredor das Tropas, os caminhos e estradas que interligavam o núcleo charqueador pelotense, que em seu auge contava com cerca de 40 charqueadas. Esta atividade foi marcada pela crescente violência e precarização das condições de vida dos povos negros escravizados.

A Ocupação do Corredor das Tropas localiza-se sobre o caminho histórico em área remanescente de antigas charqueadas, com conflitos cadastrais e fundiários, caracterizada no Plano Diretor Municipal como vazio urbano. Atualmente a ocupação é formada por 17 famílias, com composições diversificadas.

É intrínseco o vínculo dos moradores com essa região do Canal São Gonçalo, tanto pelo tempo de moradia - cerca de 40 anos na ocupação e no entorno - como pelas relações familiares e de trabalho com as comunidades próximas.

Recentemente esta região tem se tornado um local de interesse para empreendimentos imobiliários de alta renda. Em 2012, foi construído o primeiro condomínio fechado nesta área, configurando um muro paralelo ao Corredor das Tropas. Desde então, outros empreendimentos têm sido implementados no local e as ameaças de remoção das ocupações irregulares se tornaram mais recorrentes. Em 2018, teve início um processo de reintegração de posse contra os moradores da Ocupação do Corredor das Tropas, com causa perdida em primeira instância. A Defensoria Pública entrou com pedido de usucapião para as oito famílias moradoras da ocupação na época. O processo segue em andamento.



### PROCESSO

Os trabalhos colaborativos desenvolvidos junto às comunidades do Passo dos Negros iniciaram-se em 2014 pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPel), tendo como base a relação entre moradores e pesquisadores. Como forma de enfrentamento do avanço dos empreendimentos imobiliários, os moradores e o GEEUR elaboraram, em 2018, um dossiê para a patrimonialização do Passo dos Negros. Com o agravamento das ameaças de remoção e a aproximação, em 2021, entre o Projeto de Pesquisa Margens, vinculado ao GEEUR, e a Nucleação UFPel da RAU+E, articularam-se possibilidades de fortalecimento do processo de resistência dos moradores do Corredor das Tropas, ocupação de maior vulnerabilidade nesta região.

Dessa forma, elaboraram-se três frentes de enfrentamento e resistência às ameaças de remoção: a denúncia sobre o processo e a retirada de direitos dos moradores; a visibilidade das comunidades e

**AUTORES:** Flávia Galbiatti, Luiza Fagundes e Rodolfo Ribeiro

**TUTOR:** André Carrasco

**CO-TUTORAS:** Angela Maria Gordilho Souza e Nirce Saffer Medvedovski

**COMUNIDADE:** Ocupação do Corredor das Tropas, Pelotas, Rio Grande do Sul

**17 FAMÍLIAS, 60 PESSOAS**

**ACESSE O TRABALHO COMPLETO [AQUI](#)**





e do território, além do reconhecimento das formas de morar, das relações sociais e das dinâmicas de interação na região e na cidade. A necessidade de “autocadastramento” se deu pelo caráter transitório de parte dos moradores e como forma de contraposição à narrativa do poder público, pautada na invisibilidade dessa comunidade. Realizou-se também o levantamento físico a partir de medições do espaço, com o objetivo de identificar as formas de organização espacial, a separação das moradias e os usos no território.

### O PLANO POPULAR

O Plano Popular apresenta o desenvolvimento de três frentes de projeto em diferentes escalas, que funcionam como ferramentas de luta: projeto de urbanização, projeto para novas unidades habitacionais e projeto para a criação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).

O projeto de urbanização propôs a permanência qualificada dos moradores na área, com o objetivo de atender suas demandas por infraestrutura urbana, conexão com o entorno, valorização do patrimônio do Passo dos Negros, qualificação das áreas livres de lazer e recuperação ambiental. Para as novas unidades habitacionais, consideraram-se as distintas formas de habitar presentes na comunidade buscando articular soluções espaciais, construtivas e formais. A proposta teve como premissa a melhoria das moradias sem a remoção das casas existentes, tendo sido, portanto, pensada em etapas.

O projeto na escala do bairro propôs a criação de duas AEIS na área do Passo dos Negros, contemplando o Corredor das Tropas e as comunidades do entorno.



Assim, o Plano Popular propõe combinar a permanência dos moradores com a manutenção do patrimônio histórico e a recuperação do ambiente natural, estabelecendo-se como uma ferramenta de discussão sobre o futuro desta região. Está em andamento o processo de articulação de formas de divulgar as propostas elaboradas e de negociação para a permanência dos moradores.



do patrimônio histórico ameaçado; e o desenvolvimento de um contraprojeto, a partir dos termos dos próprios moradores. Assim, a partir da articulação entre os moradores, a Nucleação UFPel da RAU+E e o GEEUR, elaborou-se o “Plano Popular do Corredor das Tropas: uma contraproposta para a disputa da produção do espaço habitado no Passo dos Negros, Pelotas/RS”, como ferramenta de luta pela permanência dos moradores.

O Plano Popular se estabeleceu enquanto ferramenta de planejamento e projeto urbano que propõe e articula intervenções em diferentes escalas, objetivando qualificar a permanência dos moradores no local que residem. As propostas estão baseadas no direito à cidade e à moradia digna, no respeito ao meio ambiente e no reconhecimento cultural do local. O Plano Popular opõe-se ao modelo de urbanização pautado na naturalização da precariedade.

O processo teve início a partir de um levantamento socioespacial, buscando a identificação dos moradores

